



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Concurso Público de Ingresso para Provimento de Cargos de
Procurador do Estado

PRIMEIRA PROVA ESCRITA

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno de prova contém um total de 80 questões, numeradas de 1 a 80. Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas um a letra para cada questão, mais de um a letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Será permitida consulta a legislação não comentada ou anotada.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. O art. 26, *caput*, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, prescreve que, no prazo de um ano a contar da promulgação da Constituição Federal, o Congresso Nacional promoverá, através de Comissão mista, exame analítico e pericial dos atos e fatos geradores do endividamento externo brasileiro.

Considerando que, até a presente data, não foi constituída a referida Comissão,

- (A) nenhuma sanção pode ser aplicada ao órgão omissor, porque o dispositivo constitucional em referência, por ser transitório, perdeu a sua eficácia um ano após a promulgação da Constituição Federal.
- (B) o Presidente da Câmara dos Deputados, a quem compete presidir a Mesa do Congresso Nacional, pode ser processado por falta de decoro parlamentar, vindo a perder o mandato, na medida em que deixou de praticar ato de ofício.
- (C) nenhuma sanção pode ser aplicada ao órgão omissor, porque o prazo fixado pela disposição transitória não é preempatório.
- (D) a sanção de inconstitucionalidade por omissão somente pode ser aplicada ao Poder Legislativo; logo, a Mesa do Congresso Nacional não tem legitimidade para figurar no pólo passivo da ação prevista no art. 103, § 2º, da Constituição Federal.
- (E) pode ser declarada a inconstitucionalidade por omissão, porque a resolução do Congresso Nacional é a medida normativa necessária para efetivar o dispositivo constitucional em questão.

2. O princípio da separação dos poderes, expresso no art. 2º da Constituição Federal,

- (A) possibilita que o Poder Judiciário conceda mandado de segurança, impetrado com a finalidade de anular ato imotivado de Presidente de Comissão Parlamentar de Inquérito que determine a quebra de sigilo bancário de pessoa suspeita de cometimento de crime contra o sistema financeiro nacional.
- (B) proíbe que o Chefe do Poder Executivo exonere o Advogado-Geral da União sem a aprovação, por maioria absoluta e por voto secreto, do Senado Federal.
- (C) permite que o Presidente da República expeça decretos visando a suprir a falta de leis.
- (D) autoriza o Supremo Tribunal Federal a declarar, em sede de ação direta de inconstitucionalidade, a nulidade de projeto de lei que vise a instituir o controle externo do Poder Judiciário.
- (E) autoriza que o Poder Legislativo receba queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões de autoridades públicas federais, estaduais, distritais e municipais com a finalidade de aplicar-lhes sanções administrativas.

3. Visando a conferir maior eficiência à prestação do serviço de atendimento ao público em repartições do Ministério da Saúde, lei de iniciativa de deputado federal previu a criação de comissão destinada a avaliar o desempenho profissional de cada servidor. O ato legislativo em questão

- (A) é constitucional, porque efetiva o princípio da eficiência, previsto no art. 37, *caput*, da Constituição Federal.
- (B) padece de vício de inconstitucionalidade formal, na medida em que a iniciativa da lei cabe privativamente ao Presidente da República.
- (C) é inconstitucional, logo o Ministro da Saúde pode determinar o seu descumprimento pelos servidores públicos de sua pasta.
- (D) é constitucional e, se descumprido pelo Presidente da República, será admitida acusação pelo crime de responsabilidade previsto no art. 85, VII, da Constituição Federal.
- (E) é impugnável por qualquer servidor público do Ministério da Saúde através de mandado de segurança, cujo julgamento caberá ao Supremo Tribunal Federal.

4. Em relação às ações de argüição de descumprimento de preceito fundamental, de inconstitucionalidade por omissão e de mandado de injunção, é correto afirmar que

- (A) no mandado de injunção, a falta de norma regulamentadora deve dizer respeito a direitos constitucionais; na ação de inconstitucionalidade por omissão, a medida omitida pode ou não ter por objeto direitos constitucionais.
- (B) entidade de classe de âmbito nacional não pode ajuizar mandado de injunção visando à defesa de direitos constitucionais coletivos ou individuais da categoria cujo exercício esteja inviabilizado pela falta de norma regulamentadora, mas somente argüição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do art. 2º, I, da Lei Federal nº 9.882/99, combinado com o art. 103, IX, da Constituição Federal.
- (C) a ação de inconstitucionalidade por omissão destina-se a dar efetividade a normas cuja eficácia possa ser restringida pelo legislador e o mandado de injunção, a emprestar efetividade a normas cuja eficácia dependa da edição de norma regulamentadora.
- (D) é inviável a propositura de argüição de descumprimento de preceito fundamental contra omissão parcial de órgão do Poder Público, haja vista o seu objeto cingir-se a evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato estatal.
- (E) no mandado de injunção, a omissão de norma regulamentadora relaciona-se à falta de atuação material do Estado, que, por exemplo, não destina recursos financeiros para incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas, nos termos do art. 218 da Constituição Federal; na ação de inconstitucionalidade por omissão, a falta de medida relaciona-se à inércia do Poder Público, que descumpra um dever de agir previsto especificamente em norma constitucional.

<p>5. Constitui característica do Estado Federal brasileiro</p> <p>(A) a prevalência de lei federal sobre lei estadual que disponha sobre a organização da Advocacia Pública.</p> <p>(B) a existência de Tribunais de Justiça das entidades federadas, com a função de assegurar a indissolubilidade do pacto federativo, através da verificação da conformidade das leis estaduais com a Constituição Federal.</p> <p>(C) a possibilidade de lei complementar da União autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas de direito tributário, como a isenção de IPVA.</p> <p>(D) a proibição de um Estado-membro prever, em sua legislação, alíquotas menores do ICMS para operações com mercadorias produzidas em seu território.</p> <p>(E) o poder da União de intervir no Distrito Federal a fim de assegurar a autonomia municipal.</p>	<p>7. Com o objetivo de regulamentar o art. 5º, XVI, da Constituição Federal, o Governador do Estado expediu decreto proibindo a utilização de carros, aparelhos e objetos sonoros em manifestações políticas públicas a serem realizadas nas imediações da sede do Governo e das Secretarias de Estado. Tal decreto</p> <p>(A) insere-se na competência regulamentar do Chefe do Poder Executivo estadual.</p> <p>(B) está de acordo com a Constituição Federal, porque o dispositivo em referência não tem eficácia plena, necessitando, pois, de regulamentação para ser aplicado.</p> <p>(C) é inconstitucional, porque a liberdade de reunião, para ser exercitada, dispensa regulamentação por parte do Estado.</p> <p>(D) é constitucional, pois o Governador do Estado pode, sem correr o risco de ser responsabilizado criminalmente, restringir ou cercar reunião pacífica, sem armas, realizada em local aberto ao público, convocada para fim lícito, com prévio aviso à autoridade competente.</p> <p>(E) é inconstitucional, porque a proibição veiculada somente poderia ter como destinatários os estrangeiros residentes no país e não os brasileiros.</p>
<p>6. Sustentando que os Estados do Sul e do Sudeste têm 57,7% da população do País, mas somente 45% de representantes no Poder Legislativo federal, circunstância que fere o princípio da isonomia e a cláusula "voto com valor igual para todos", partidos políticos do bloco de oposição, todos com representação no Congresso Nacional, ajuizaram, perante o Supremo Tribunal Federal, ação direta de inconstitucionalidade a fim de obter provimento judicial declaratório da inconstitucionalidade da expressão "para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados" e da palavra "quatro", constantes dos §§ 1º e 2º do art. 45 da Constituição Federal. Referida ação</p> <p>(A) está fadada ao insucesso, porque somente partido político majoritário tem legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade.</p> <p>(B) deve ser julgada procedente, pois há manifesto conflito entre princípios supraconstitucionais e normas constitucionais, o qual se resolve em favor dos primeiros.</p> <p>(C) deve ser acolhida, porque, se a escolha de Governador de Território tem de ser aprovada previamente pelo Senado Federal, segundo o art. 52, III, c, da Constituição Federal, e não por eleição direta, nada justifica a norma pela qual "cada Território elegerá quatro Deputados".</p> <p>(D) deve ser julgada improcedente, na medida em que, se não existe diferença entre princípios e normas para efeito de interpretação constitucional, não se pode falar de contradição entre dispositivos de uma mesma constituição.</p> <p>(E) não pode ser admitida, pois a rigidez constitucional não se coaduna com o estabelecimento de hierarquia entre normas postas pelo Poder Constituinte originário.</p>	<p>8. Considere as seguintes afirmações:</p> <p>I. No Supremo Tribunal Federal, ficou assentado o entendimento dualista de que os tratados internacionais de direitos humanos ratificados incorporam-se automaticamente ao direito interno.</p> <p>II. Os tratados internacionais de direitos humanos ingressam no ordenamento jurídico brasileiro com grau hierárquico constitucional.</p> <p>III. O Supremo Tribunal Federal adota a teoria monista internacionalista, segundo a qual a incorporação dos tratados internacionais de direitos humanos ao direito interno é automática.</p> <p>IV. O Supremo Tribunal Federal entende que os tratados internacionais de direitos humanos têm a mesma hierarquia das leis federais.</p> <p>V. Nos termos do art. 5º, § 2º, da Constituição Federal, os tratados internacionais de direitos humanos ingressam no ordenamento jurídico brasileiro após a sua assinatura pelo Presidente da República.</p> <p>Sobre a relação entre os tratados internacionais de direitos humanos e o direito interno, em particular a Constituição Federal de 1988, à luz da doutrina e da jurisprudência, SOMENTE está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) III.</p> <p>(C) IV.</p> <p>(D) II e IV.</p> <p>(E) III e V.</p>

9. O art. 5º, XVII, da Constituição Federal, dispõe que é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar. Por sua vez, o art. 16, nº 3, da Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica) prescreve que a liberdade de as pessoas se associarem livremente com fins ideológicos, religiosos, políticos, econômicos, trabalhistas, sociais, culturais, desportivos ou de qualquer outra natureza não impede a imposição de restrições legais, e mesmo a privação do exercício do direito de associação, aos membros das forças armadas e da polícia. Em cumprimento a esse comando da aludida convenção, que foi ratificada pelo Brasil em 25 de setembro de 1992, lei de iniciativa do Governador do Estado proibiu a associação, de finalidade desportiva, de membros da polícia civil. Referida lei

- (A) é inconstitucional, pois a iniciativa da lei cabe ao delegado-geral da polícia civil.
- (B) é inconstitucional, e o conflito se resolve mediante a aplicação do princípio da prevalência da norma mais favorável à proteção dos direitos humanos, qual seja, a do art. 5º, XVII, da Constituição Federal.
- (C) viola direito adquirido dos membros da polícia civil, já que a ratificação da convenção ocorreu depois da promulgação da Constituição Federal de 1988, em cujo texto somente está vedada a associação para fins ilícitos e de caráter paramilitar.
- (D) é constitucional, porque, se os tratados internacionais de direitos humanos ingressam no ordenamento jurídico com força de norma constitucional, segundo o art. 5º, § 2º, da Constituição Federal, prevalece o disposto na convenção, que, por ser posterior e tratar da mesma matéria, revogou a norma do art. 5º, XVII.
- (E) é constitucional, pois, como cabe às polícias civis a apuração de infrações penais e o uso de armas de fogo, a associação de policiais violaria o princípio da defesa da paz, expresso no art. 4º, VI, da Constituição Federal.

10. O devido processo legal

- (A) garante aos administrados, no âmbito da Administração Pública, o direito de interpor recurso em processo administrativo, mediante o pagamento de taxa.
- (B) assegura aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, o direito à motivação apenas das decisões sobre questões complexas.
- (C) determina, no âmbito do Poder Judiciário, que o acusado seja processado perante juízo pré-constituído na forma da lei.
- (D) legitima, no âmbito do processo administrativo disciplinar, a responsabilização de servidor público por ter permanecido calado.
- (E) assegura ao investigado, em inquérito policial, o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

DIREITO ADMINISTRATIVO

11. A contratação de servidores públicos pelo regime da CLT
- (A) é inconstitucional porque implica terceirização de mão-de-obra.
 - (B) é inconstitucional porque pelo regime jurídico único todos os servidores públicos submetem-se ao regime estatutário.
 - (C) é possível para preenchimento de empregos públicos.
 - (D) é constitucional forma de flexibilização da mão-de-obra no setor público, podendo a Administração Pública prover o preenchimento de cargos públicos com servidores contratados nesse regime.
 - (E) admite a derrogação das normas da CLT pela legislação estadual e municipal.

12. A Administração não pode, na edição de ato administrativo concreto, deixar de observar norma posta em decreto regulamentar, PORQUE a Administração Pública está submetida ao direito e o decreto contém norma geral, a ser observada nas situações concretas que nela se enquadrem, sob pena de ofensa ao princípio da legalidade e da isonomia.

A sentença acima possui duas asserções. Para responder a questão assinala, na folha de respostas,

- (A) se as duas asserções forem verdadeiras e a segunda for uma justificativa correta da primeira.
- (B) se as duas asserções forem verdadeiras, mas a segunda não for uma justificativa correta da primeira.
- (C) se a primeira asserção for uma proposição verdadeira e a segunda uma proposição incorreta.
- (D) se a primeira asserção for uma proposição incorreta e a segunda uma proposição verdadeira.
- (E) se tanto a primeira como a segunda forem proposições incorretas.

13. São características das agências reguladoras criadas no direito brasileiro:

- (A) proibição de cumprimento de "quarentena"; instituição de mecanismos de autonomia de gestão administrativa e patrimonial; previsão de mandato dos dirigentes.
- (B) existência da "quarentena"; implantação de mecanismos de autonomia de gestão econômico-financeira; previsão de mandato de seus dirigentes.
- (C) atribuição de poder normativo; discricionariedade técnica; inexistência de controle político pelo Legislativo; participação popular na elaboração dos atos regulatórios.
- (D) discricionariedade técnica; participação do Legislativo na escolha dos dirigentes; não submissão das atividades-meio ao controle pelo Tribunal de Contas.
- (E) vitaliciedade dos dirigentes; adoção do regime celetista para os servidores; atribuição de poder de polícia.

<p>14. As organizações sociais</p> <p>(A) compõem o aparelho do Estado, podendo tanto integrar a Administração Direta quanto assumir a forma de autarquias de regime especial.</p> <p>(B) devem firmar contratos de gestão com o setor público e as contratações por elas realizadas submetem-se ao procedimento licitatório previsto na Lei nº 8.666/93.</p> <p>(C) representam forma de regulação das atividades da iniciativa privada.</p> <p>(D) foram criadas no direito brasileiro como integrantes do setor público não-estatal, para atuação em áreas específicas apontadas pelo legislador.</p> <p>(E) integram a Administração Indireta do Estado.</p>	<p>17. A concessão de serviço público, regida pelo artigo 175 da Constituição Federal,</p> <p>(A) é contrato por meio do qual é delegada a prestação de serviço público.</p> <p>(B) é contrato de direito privado firmado pela Administração Pública.</p> <p>(C) implica a transferência da titularidade do serviço público.</p> <p>(D) configura forma contratual em que a Administração Pública pode alterar unilateralmente as cláusulas regulamentares e econômicas da prestação.</p> <p>(E) é contrato em que o concessionário executa o serviço em nome da Administração Pública, assumindo os riscos do empreendimento.</p>
<p>15. São atributos do ato administrativo:</p> <p>(A) formalidade, hierarquia e presunção de veracidade.</p> <p>(B) finalidade, motivação, forma e competência.</p> <p>(C) finalidade, imperatividade e presunção de executividade.</p> <p>(D) legalidade, moralidade e economicidade.</p> <p>(E) presunção de legitimidade, imperatividade e auto-executoriedade.</p>	<p>18. Viatura policial envolveu-se em acidente de trânsito com automóvel dirigido por particular que trafegava na mão contrária de direção. No acidente, o motorista do automóvel particular sofreu lesão de caráter permanente, perdendo a mobilidade de um dos membros superiores. Nesse caso,</p> <p>(A) existe responsabilidade objetiva do Estado em decorrência da prática de ato ilícito, na medida em que há nexo causal entre o dano sofrido pelo particular e a conduta do agente público.</p> <p>(B) não há o dever de indenizar se restar configurada a culpa exclusiva da vítima, excludente da responsabilidade do Estado.</p> <p>(C) não se cogita de responsabilidade objetiva do Estado porque não há falha do serviço. A indenização deverá ser pleiteada pelo particular diretamente em face do motorista da viatura policial.</p> <p>(D) existe responsabilidade objetiva do Estado. A indenização do particular, no entanto, ficará restrita aos danos materiais, na medida em que o Estado não responde por danos morais.</p> <p>(E) a responsabilidade do Estado, na espécie, decorre da aplicação da teoria do risco administrativo.</p>
<p>16. Por não possuir local próprio para estocagem, e necessitando adquirir combustíveis para abastecimento de sua frota de veículos, a Administração realizou procedimento licitatório, com previsão de abastecimento dos veículos no estabelecimento do fornecedor. Do instrumento convocatório da licitação constou a exigência de que os licitantes deveriam manter postos de abastecimento num raio máximo de 5 quilômetros da sede da repartição. Essa exigência é</p> <p>(A) ilegal, porque a Administração não pode incluir no instrumento convocatório da licitação condições que restrinjam a competitividade do certame.</p> <p>(B) inconstitucional, porque a Administração não pode impor cláusulas que provoquem a desigualdade entre os licitantes.</p> <p>(C) legal, porque a Administração pode impor condições restritivas à participação no certame, desde que pertinentes e relevantes para o específico objeto do contrato.</p> <p>(D) ilegal, porque na hipótese em questão, a Administração deveria realizar procedimento de pré-qualificação dos licitantes.</p> <p>(E) legal, porque se cuida de mera exigência de qualificação técnica.</p>	<p>19. Em janeiro de 1996 foi instaurado processo administrativo disciplinar para apurar falta cometida em dezembro de 1995 por servidor efetivo do Estado, que teria se ausentado do serviço sem autorização de seu superior hierárquico. Referido servidor foi demitido do serviço público em dezembro de 1999. Por decisão que transitou em julgado em março de 2001, o Poder Judiciário reconheceu a nulidade do processo disciplinar por falhas constatadas na Portaria inicial. Em vista disso, a Administração deve</p> <p>(A) reiniciar o processo disciplinar, requerendo em juízo a concessão de liminar para que o servidor continue afastado durante a apuração.</p> <p>(B) sem reintegrar o servidor, refazer imediatamente o Processo administrativo disciplinar, garantindo ao acusado o direito de defesa, porque não se pode falar em prescrição da falta disciplinar enquanto pendente a apreciação judicial.</p> <p>(C) reintegrar o servidor e imediatamente refazer o Processo administrativo disciplinar, garantindo ao acusado o direito de defesa, para só aí, após a nova apuração, demiti-lo, se for o caso, na medida em que não está configurada a prescrição na espécie.</p> <p>(D) requerer que o Judiciário apure a falta disciplinar, bem como conceder liminarmente ordem para que o servidor continue afastado do serviço durante a apuração.</p> <p>(E) reintegrar o servidor, não devendo reiniciar o processo disciplinar por já estar prescrita a falta.</p>

<p>20. As medidas de polícia administrativa</p> <p>(A) são marcadas pelo atributo da exigibilidade, que dispensa a Administração de recorrer ao Poder Judiciário para executá-las.</p> <p>(B) podem ser apenas implementadas mediante prévia autorização judicial, por não serem auto-executórias.</p> <p>(C) podem ser auto-executórias, de acordo com a decisão arbitrária da autoridade administrativa.</p> <p>(D) são auto-executórias, se necessárias para a defesa urgente do interesse público.</p> <p>(E) tipificam hipótese de indevida coação administrativa, quando auto-executadas pelo administrador sem autorização legal.</p>	<p>25. A "prescrição retroativa" baseia-se na pena</p> <p>(A) fixada em concreto na sentença e atinge a pretensão punitiva estatal.</p> <p>(B) cominada em abstrato e atinge a pretensão punitiva estatal.</p> <p>(C) cominada em abstrato e atinge a pretensão executória.</p> <p>(D) fixada em concreto na sentença e atinge a pretensão executória.</p> <p>(E) fixada em concreto na sentença e atinge simultaneamente a pretensão punitiva e a executória.</p>
<p style="text-align: center;">DIREITO PENAL</p> <p>21. A adoção da teoria puramente objetiva em matéria de crime continuado tem como consequência a</p> <p>(A) exigibilidade de unidade de desígnios do agente.</p> <p>(B) inexigibilidade de dolo de conjunto na prática sucessiva de fatos delituosos.</p> <p>(C) desnecessidade de que haja mais de uma conduta ilícita.</p> <p>(D) necessidade de que sejam somadas as penas.</p> <p>(E) inexigibilidade de que os crimes sejam da mesma espécie.</p>	<p>26. O motorista e o estoquista de um depósito de bebidas resolvem, de comum acordo, cometer delito contra a empresa. Para tanto o estoquista altera um pedido de entrega, acarretando que o fiscal entregue ao motorista do caminhão mercadorias a mais, que não constavam do pedido original. Ao final do expediente o motorista se apropria das bebidas, conforme anteriormente combinado com seu colega de trabalho. Nesse caso,</p> <p>(A) ambos cometem crime de furto qualificado pelo abuso de confiança.</p> <p>(B) o motorista comete crime de apropriação indébita qualificada e o estoquista de estelionato.</p> <p>(C) ambos cometem crime de apropriação indébita qualificada.</p> <p>(D) o motorista comete crime de apropriação indébita e o estoquista de furto qualificado.</p> <p>(E) ambos cometem crime de estelionato.</p>
<p>22. Em matéria de eficácia da lei penal no tempo, adotada a regra geral do <i>tempus regit actum</i> (prevalência da lei do tempo do fato), a lei aplicável nos casos de crimes permanentes será a lei</p> <p>(A) vigente quando se iniciou a conduta ilícita do agente.</p> <p>(B) mais benéfica, independentemente de quando se iniciou ou cessou a conduta.</p> <p>(C) vigente quando cessou a conduta ilícita do agente.</p> <p>(D) mais severa, independentemente de quando se iniciou ou cessou a conduta.</p> <p>(E) vigente quando da prolação da sentença.</p>	<p>27. O delito de lesões culposas de que trata o art. 303 do Código de Trânsito Brasileiro é de ação penal</p> <p>(A) pública condicionada à representação do ofendido.</p> <p>(B) privada.</p> <p>(C) pública incondicionada.</p> <p>(D) pública condicionada à representação da autoridade policial.</p> <p>(E) pública condicionada à representação do Ministro da Justiça.</p>
<p>23. Os conceitos de antefato e pós-fato impuníveis advêm da ampliação do seguinte princípio da teoria da lei penal:</p> <p>(A) especialidade.</p> <p>(B) anterioridade.</p> <p>(C) subsidiariedade.</p> <p>(D) consunção.</p> <p>(E) territorialidade.</p>	<p>28. A, já condenado definitivamente em 1998 pelo delito de roubo, está sendo processado porque trazia consigo arma de fogo de uso permitido, sem a devida autorização. Na sentença condenatória, a pena-base de dois anos (art. 10, § 3º, IV, da Lei 9.437/97) foi aumentada em um sexto pela reincidência. O princípio de direito penal violado pelo juiz sentenciante no cálculo da pena é o</p> <p>(A) <i>vacatio legis</i>.</p> <p>(B) <i>non bis in idem</i>.</p> <p>(C) da proporcionalidade.</p> <p>(D) <i>lex mitior</i>.</p> <p>(E) <i>abolitio criminis</i>.</p>
<p>24. O arrependimento posterior é</p> <p>(A) causa de extinção da punibilidade.</p> <p>(B) conduta que impede a produção do resultado.</p> <p>(C) circunstância atenuante.</p> <p>(D) causa obrigatória de aumento de pena.</p> <p>(E) causa obrigatória de diminuição de pena.</p>	

<p>29. Em relação aos tipos incongruentes, é correto afirmar que</p> <p>(A) são formados mediante o acréscimo de uma circunstância atenuante ou agravante do delito-base.</p> <p>(B) somente têm como objetos jurídicos bens destrutíveis.</p> <p>(C) há coincidência entre o dolo e o acontecimento objetivo.</p> <p>(D) o agente quer e persegue um resultado que não necessita ser alcançado para a consumação do crime.</p> <p>(E) somente podem ser cometidos pelo agente referido no tipo.</p>	<p>33. A advertência constante da parte final do artigo 186 do Código de Processo Penal</p> <p>(A) não deve ser formulada porque ao réu é reconhecido o direito de permanecer calado.</p> <p>(B) deve ser formulada sempre porque o interrogatório é considerado meio de prova.</p> <p>(C) deve ser formulada sob pena de nulidade do ato.</p> <p>(D) é facultativa, ficando sua formulação ou não a critério do juiz.</p> <p>(E) deve ser formulada apenas em caso de co-autoria.</p>
<p>30. A foi condenado à pena de dois anos de reclusão por furto qualificado, obtendo o <i>sursis</i> pelo prazo de dois anos, tendo sido realizada a audiência de advertência aos 10/02/1997. Os efeitos dessa condenação, findo o período de prova sem revogação do benefício, cessam a partir de</p> <p>(A) 11/02/1997</p> <p>(B) 09/02/2002</p> <p>(C) 10/02/2002</p> <p>(D) 09/02/2004</p> <p>(E) 11/02/2004</p>	<p>34. A introdução dos institutos da transação e da composição em nosso ordenamento jurídico, com a edição da Lei nº 9.099/95, significa uma mitigação do princípio</p> <p>(A) do devido processo legal.</p> <p>(B) da indisponibilidade.</p> <p>(C) do juiz natural.</p> <p>(D) do promotor natural.</p> <p>(E) da indivisibilidade.</p>
<p style="text-align: center;">DIREITO PROCESSUAL PENAL</p> <p>31. Na fase da pronúncia, o juiz entende não haver prova acerca da intenção de matar, desclassificando a imputação inicial constante da denúncia - homicídio qualificado - para aquela prevista no artigo 129, § 3º, do Código Penal. Da decisão cabe</p> <p>(A) apelação que terá efeito suspensivo.</p> <p>(B) apelação que não terá efeito suspensivo.</p> <p>(C) recurso em sentido estrito que terá efeito suspensivo.</p> <p>(D) recurso em sentido estrito que não terá efeito suspensivo.</p> <p>(E) <i>habeas corpus</i>.</p>	<p>35. A é citado por edital e tem sua revelia decretada. O juiz determina, a requerimento do Ministério Público, a produção antecipada das provas nos termos do artigo 366 do Código de Processo Penal. Ouvidas as testemunhas arroladas pela acusação, vem aos autos documento que comprova que o réu estava preso na mesma comarca no dia do interrogatório, embora estivesse em liberdade quando da publicação do edital. Nesse caso,</p> <p>(A) a revelia foi regularmente decretada e o processo segue com a participação do réu somente a partir da data da juntada do documento.</p> <p>(B) o réu deve ser citado pessoalmente e requisitado para interrogatório mas a prova feita continua válida porque inexistia nos autos prova da prisão do réu quando da sua realização.</p> <p>(C) a revelia foi irregularmente decretada e o processo deve ser anulado a partir da data em que tal fato se deu.</p> <p>(D) a revelia foi regularmente decretada e o processo deve seguir seu curso sem a participação do réu.</p> <p>(E) a prova colhida terá validade plena contra o réu se comprovada a impossibilidade de seu refazimento.</p>
<p>32. No curso do inquérito policial surgem elementos que demonstram que o indiciado era inimputável quando da prática da infração penal. A autoridade policial elaborou o relatório e o Ministério Público oferece a denúncia que é recebida. No despacho de recebimento, o juiz determina a instauração de incidente de insanidade mental. A realização do exame</p> <p>(A) implicará nulidade dos atos anteriormente praticados, se comprovada a inimputabilidade do agente.</p> <p>(B) estará condicionada à concordância da defesa, salvo nos casos de crime apenado com reclusão.</p> <p>(C) deveria ter sido determinada pelo Delegado de Polícia antes do indiciamento do réu.</p> <p>(D) não implicará suspensão do processo, porque a ação penal só se inicia com a citação do réu.</p> <p>(E) implicará suspensão do processo, porque a ação penal já está iniciada.</p>	<p>36. A suspensão condicional do processo é cabível nos casos em que a</p> <p>(A) pena máxima for superior a um ano.</p> <p>(B) pena mínima não for superior a um ano.</p> <p>(C) pena máxima não for superior a dois anos.</p> <p>(D) pena mínima não for superior a dois anos.</p> <p>(E) pena máxima for igual ou superior a quatro anos.</p>

37. Estará presente o interesse de agir na ação de revisão desde que
- (A) certificado o trânsito em julgado para a acusação e para a defesa.
 - (B) certificado o trânsito em julgado para a defesa.
 - (C) certificado o trânsito em julgado para a acusação.
 - (D) a defesa tenha esgotado todos os recursos, ordinários e extraordinários.
 - (E) o réu tenha sido condenado a pena privativa de liberdade.

38. O juiz de execução nega ao sentenciado a concessão de livramento condicional e concede a progressão de regime. Nesse caso, é cabível
- (A) recurso em sentido estrito.
 - (B) apelação.
 - (C) agravo de instrumento.
 - (D) agravo de execução.
 - (E) carta testemunhável.

39. A prisão temporária decretada no curso de inquérito policial instaurado para investigar crime de epidemia com resultado morte, artigo 267, § 1º, do Código Penal, tem prazo limite de
- (A) cinco dias prorrogáveis por mais cinco.
 - (B) dez dias prorrogáveis por mais dez.
 - (C) quinze dias prorrogáveis por mais quinze.
 - (D) vinte dias prorrogáveis por mais vinte.
 - (E) trinta dias prorrogáveis por mais trinta.

40. **A e B** foram condenados pela prática de roubo qualificado consumado. A decisão transita em julgado para **A**. **B** recorre. Em razões de apelação, o defensor de **B** requer, em preliminar, a decretação de nulidade da sentença de primeiro grau que não apreciou todas as teses da defesa. No mérito, pleiteia a absolvição por falta de provas e subsidiariamente o reconhecimento da forma tentada do delito. O Tribunal absolve **B** com fundamento no art. 386, I, do Código de Processo Penal e estende a decisão a **A**. A decisão está
- (A) incorreta porque suprimiu um grau de jurisdição.
 - (B) incorreta porque **A** não era parte na fase recursal.
 - (C) correta porque a absolvição não está fundamentada em motivo de caráter exclusivamente pessoal.
 - (D) incorreta porque extravasou os limites do que foi pedido pela defesa.
 - (E) correta porque obedeceu ao princípio do contraditório.

DIREITO CIVIL

Instruções: Nas questões de números 41 e 42 são dadas cinco afirmações que podem estar corretas ou incorretas. Assinale, na folha de respostas, a alternativa correta de acordo com a chave abaixo.

SOMENTE está correto o que se afirma em

- (A) I e II.
 - (B) II e IV.
 - (C) IV e V.
 - (D) I, II e IV.
 - (E) II, III e V.
41. I. Os direitos da personalidade são absolutos, extrapatrimoniais, intransmissíveis, imprescritíveis, impenhoráveis, irrenunciáveis, vitalícios e necessários.
- II. A ofensa ilícita aos direitos da personalidade gera uma obrigação de indenizar.
- III. A tutela civil aos direitos da personalidade se exerce por meio de sanções, podendo compreender pedidos não cumuláveis de indenização e de imposição de pena.
- IV. A proteção legal do direito ao nome não se organiza exclusivamente no interesse do indivíduo, mas também da sociedade, daí não se restringir às ações de indenização, proibição de utilização ou usurpação, mas prever normas protetivas no campo do direito público: penal e administrativo.
- V. O princípio da inalterabilidade do nome não é de ordem pública, por consequência é possível a alteração do nome quando houver erro gráfico, exposição do seu portador ao ridículo ou causar embaraços, tal como a homonímia.
42. I. O parcelamento do solo é admitido para fins urbanos em zona urbana, de extensão urbana ou de urbanização específica assim definida em plano diretor e aprovada por lei estadual.
- II. São espécies de parcelamento do solo urbano: desmembramento e loteamento.
- III. O loteador, ainda que já tenha vendido todos os lotes, ou os vizinhos, são partes legítimas para promover ação destinada a impedir construção em desacordo com restrições legais ou contratuais.
- IV. Considera-se desmembramento a subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação, logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias já existentes.
- V. Nos contratos de compromisso de venda e compra será nula de pleno direito a cláusula de rescisão por inadimplemento do adquirente, quando o loteamento não estiver regularmente registrado.

<p>43. Em 6 de maio de 2002, Pedro, fazendeiro, comprou de João, seu vizinho e amigo, um touro de raça, com o fim de usá-lo como reprodutor. A entrega do animal ficou marcada para um mês depois do ajuste. No entanto, o comprador, de posse do animal, veio a descobrir ser este estéril. Hoje, quanto a eventual direito de Pedro, é correto afirmar que ele</p> <p>(A) poderá propor ação redibitória em face de João, pela ocorrência do vício oculto, uma vez que o prazo prescricional não se escoou.</p> <p>(B) não poderá pleitear abatimento no preço pago, em ação judicial, ainda que demonstrado o vício redibitório, por estar prescrita a ação.</p> <p>(C) poderá anular o negócio celebrado em decorrência de erro sobre qualidade essencial do animal, uma vez que o prazo prescricional não se escoou.</p> <p>(D) poderá optar em propor ação anulatória ou redibitória.</p> <p>(E) não poderá optar em pedir o abatimento do preço ou a rescisão do negócio, pois se trata de vício redibitório.</p>	<p>46. A cláusula penal</p> <p>(A) confunde-se com a obrigação alternativa, pois havendo inadimplemento da obrigação principal, o credor pode exigir ou o cumprimento da obrigação ou a pena convencionada.</p> <p>(B) corresponde a uma condição, pois sua exigibilidade está suspensa até o momento da ocorrência do inadimplemento.</p> <p>(C) estipulada contra quem não cumpre a sua obrigação, não se confunde com a multa penitencial que é forma de exercício do direito de arrependimento e importa em indenização por uma expectativa não realizada.</p> <p>(D) guarda afinidade com as arras, tendo ambas finalidade de reforço do vínculo, porém diferenciam-se quanto à natureza real, da primeira, e consensual, da última.</p> <p>(E) é convencionada para proteção do devedor, atuando como limitação de sua responsabilidade na medida em que prefixa a indenização a ser paga em caso de inadimplemento da obrigação.</p>
<p>44. Marcos, Alberto, Carla, José e Paulo são irmãos. Quando José morreu e deixou quatrocentos mil reais de herança, os três primeiros eram falecidos. Marcos deixou dois netos: Kátia e Manoel, Alberto dois filhos: Mauro e João, e Carla não deixou descendentes. Aberta a sucessão, a herança será deferida</p> <p>(A) a Paulo, duzentos mil reais; a Mauro, João, Kátia e Manoel, cinqüenta mil reais a cada um.</p> <p>(B) igualmente a Paulo, Mauro, João, Kátia e Manoel.</p> <p>(C) a Paulo integralmente.</p> <p>(D) igualmente a Paulo, Mauro e João.</p> <p>(E) a Paulo, duzentos mil reais; a Mauro e João, cem mil reais a cada um.</p>	<p>47. Joaquim doa vinte automóveis ao Estado de São Paulo, estabelecendo que estes deverão ser utilizados na fiscalização do uso de defensivos agrícolas, resolvendo-se o negócio caso o doador não consiga adquirir igual número de veículos, por sua escassez no mercado, até o início de sua próxima safra de café.</p> <p>Nesse caso,</p> <p>(A) foi celebrado negócio jurídico unilateral, real e gratuito, com a eficácia do ato subordinada a evento futuro, não constituindo a estipulação e designação da utilização dos veículos em encargo para o Estado.</p> <p>(B) recebidos os automóveis, o Estado de São Paulo será detentor de direito adquirido, porém de caráter resolúvel.</p> <p>(C) para a perfeição do negócio jurídico realizado há necessidade da tradição dos bens móveis e dispensável a aceitação por parte do Estado, por se tratar de contrato benéfico.</p> <p>(D) o descumprimento, por parte do Estado de São Paulo, quanto à destinação estabelecida para os bens doados importa em resolução do contrato.</p> <p>(E) a doação realizada obriga a efetiva entrega dos bens, ainda que o doador se arrependa do ato de liberalidade, ou perca a propriedade dos bens por sentença judicial.</p>
<p>45. Caio, menor com 16 (dezesesseis) anos de idade, durante o horário regular de aula, consegue evadir-se da escola vindo a furtar e danificar alguns equipamentos de uma loja nas redondezas.</p> <p>Neste caso, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) os seus pais poderão se eximir da responsabilidade de indenizar o comerciante lesado, comprovada em concreto a ausência de culpa.</p> <p>(B) o menor responderá com seu patrimônio pelos prejuízos provocados, caso fique comprovado ser o causador dos danos.</p> <p>(C) a culpa, para efeito de caracterização da obrigação de indenizar, pode ser própria ou de terceiro. A responsabilidade civil dos pais, em relação ao menor, é do segundo tipo.</p> <p>(D) para configuração da responsabilidade civil, na espécie, há necessidade de se comprovar: a antijuridicidade da conduta dos pais do menor; a ocorrência do dano e sua extensão e o nexo de causalidade.</p> <p>(E) o pai que perdeu judicialmente o pátrio poder não tem responsabilidade sobre os atos lesivos praticados pelo menor.</p>	

48. As servidões de trânsito por caminho marcado, de canalização de águas servidas e a *altius non tollendi*, são classificadas, respectivamente, como

- (A) descontínuas e aparentes; contínuas e não aparentes; contínuas e aparentes.
- (B) contínuas e não aparentes; contínuas e aparentes; descontínuas e aparentes.
- (C) contínuas e não aparentes; contínuas e não aparentes; contínuas e aparentes.
- (D) contínuas e não aparentes; descontínuas e aparentes; descontínuas e não aparentes.
- (E) descontínuas e aparentes; contínuas e aparentes; contínuas e não aparentes.

49. É correto afirmar que

- (A) a cláusula comissória não é aceita nos direitos reais de garantia.
- (B) é válida a constituição de uma hipoteca onde se estipule que o credor hipotecário fique com o bem dado em garantia, se a dívida não for paga no vencimento.
- (C) são direitos reais de garantia o penhor, a hipoteca e a servidão.
- (D) constituído o usufruto em favor de cônjuges, o falecimento de um deles gera, automaticamente, o direito de acrescer ao sobrevivente.
- (E) o direito hereditário e o usucapião são direitos reais que necessitam para sua aquisição da transcrição no registro de imóveis.

50. Paulo e Maria casaram-se, um ano após o nascimento de sua filha Paula, pelo regime da comunhão parcial de bens. Por convenção antenupcial doaram seus bens de um a outro, para depois da morte, e excluíram da comunhão os frutos dos bens particulares de cada cônjuge, percebidos na constância do casamento.

Nesse caso, é correto afirmar que

- (A) entram na comunhão os bens adquiridos na constância do casamento por título oneroso, ainda que só em nome de um dos cônjuges, como também os adquiridos com valores pertencentes exclusivamente a um dos cônjuges em sub-rogação de bens particulares.
- (B) a comunhão dos aqüestos é rechaçada pelo legislador brasileiro, no regime de bens escolhido por Paulo e Maria.
- (C) é nula a primeira disposição do pacto celebrado, na parte em que a liberalidade excedeu o que o cônjuge poderia dispor em testamento.
- (D) o regime de bens adotado pelo casal contrariou disposição expressa de lei, pois, em decorrência da gravidez de Maria, é obrigatória a separação de bens.
- (E) dissolvida a sociedade conjugal pela morte, a integralidade dos bens do patrimônio comum e individual devem ser partilhados.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

51. Considerando-se a antecipação de tutela genérica prevista no art. 273 e a antecipação de tutela específica das obrigações de fazer e não fazer do art. 461, § 3º, ambos do CPC, é correto afirmar que

- (A) apesar do art. 461, § 3º, nada mencionar quanto à irreversibilidade da medida, deve-se também tê-la como limite, pois aplica-se o disposto no § 2º, do artigo 273, que é dispositivo que regulamenta genericamente a antecipação de tutela em nosso sistema jurídico, razão pela qual esse parâmetro deve ter os mesmos contornos em ambas as normas.
- (B) a antecipação do art. 273 tem como limite absolutamente intransponível à sua concessão a irreversibilidade da medida, enquanto que é da própria natureza da antecipação do art. 461, § 3º, a irreversibilidade.
- (C) a decisão que defere a tutela do art. 273 e a do art. 461, em primeiro grau de jurisdição, pode ser impugnada por recurso que, a princípio, somente terá efeito devolutivo, tal qual a apelação da sentença que confirma a antecipação de tutela antes concedida.
- (D) a decisão quanto à antecipação do art. 273 decorre de cognição sumária, enquanto a antecipação do art. 461, § 3º, exige cognição plena, razão pela qual comporta, inclusive, audiência de justificação, o que não se verifica quanto àquela.
- (E) ambas medidas somente podem ser deferidas ou indeferidas liminarmente, ou, quanto à tutela antecipada das obrigações de fazer ou não fazer, até a audiência de justificação prévia.

52. Após a apresentação de contestação e respectiva manifestação do autor quanto a mesma, o juiz extingue o processo, por entender ser o réu parte ilegítima para figurar no pólo passivo da ação. Interposta apelação pelo autor,

- (A) por meio de fac-símile, deverá o apelante comprovar sua tempestividade e regularidade apresentando o original, e, findo o prazo para tanto, serão realizados o juízo de admissibilidade e a intimação do réu para respondê-la.
- (B) caso o tribunal reconheça ser o réu parte legítima, é-lhe defeso decidir, subseqüentemente, o mérito da ação, sob pena de supressão de um grau de jurisdição e, por conseguinte, violar o princípio do duplo grau.
- (C) e recebida pelo juiz de primeiro grau, somente à câmara caberá decidir novamente quanto ao juízo de admissibilidade desse recurso.
- (D) e provida por votação majoritária, reconhecendo-se a legitimidade do réu, deverá o réu interpor embargos infringentes (e tê-los julgados), antes de interpor recurso especial e/ou recurso extraordinário.
- (E) não poderá o tribunal negar-lhe provimento, e manter o decisório da sentença, fundamentando o acórdão em ausência de interesse de agir do autor, caso tal matéria não tenha sido suscitada, pois configurar-se-ia decisão *extra petita*.

<p>53. Ajuizada execução fiscal contra determinada pessoa jurídica, indicada como única devedora na certidão de dívida ativa, e citada válida e regularmente para pagar, sob pena de penhora,</p> <p>(A) os bens particulares do sócio serão penhorados, caso não localizados bens da executada na comarca na qual tramita a ação, pois são responsáveis solidários com a sociedade quanto às obrigações tributárias.</p> <p>(B) poderão ser indicados à penhora bens de terceiros responsáveis, que serão oportunamente intimados para proceder à remição dos bens ou ao pagamento da dívida, sob pena de tornarem-se obrigatoriamente parte na relação processual.</p> <p>(C) somente mostra-se admissível, como meio de defesa, a oposição dos embargos à execução, após a garantia do juízo, ainda que a matéria a ser suscitada seja o pagamento integral do débito, pela executada, antes da propositura da ação.</p> <p>(D) opostos embargos à execução – depois de garantido o juízo – e julgados procedentes apenas em parte, terá a exequente o prazo de 30 dias para recorrer, sob pena de consumação da coisa julgada.</p> <p>(E) se opostos embargos à execução, o julgamento destes não deverá ser influenciado pela procedência de ação declaratória de inconstitucionalidade da lei que impunha a cobrança do tributo que originou a dívida, caso o trânsito em julgado desta decisão ocorrer após o oferecimento da impugnação pela embargada.</p>	<p>55. Impetrado mandado de segurança contra determinado ato do Governador do Estado,</p> <p>(A) e deferida a liminar, poderá essa decisão ser cassada, pelo próprio magistrado que a deferiu, se houver alteração do quadro probatório dos fatos que envolvem o ato impugnado, com a apresentação de contestação pelo litisconsorte passivo.</p> <p>(B) da sentença que concede a ordem, caberá recurso de apelação e, se caso for, deste acórdão caberá recurso especial e/ou recurso extraordinário.</p> <p>(C) indeferido liminarmente pelo relator, caberá recurso ordinário, e caso seja obstado seu encaminhamento ao tribunal competente para análise do juízo de admissibilidade, caberá reclamação.</p> <p>(D) e deferida a liminar, é admissível o ingresso de litisconsorte ativo facultativo, por simples pedido deste, que também poderá beneficiar-se da decisão, se formular requerimento expresso para tanto.</p> <p>(E) e deferida a liminar, pode-se executá-la, em caráter provisório, sendo admissível a exigência de caução, pois que se trata de ordem provisória e revogável a qualquer tempo.</p>
<p>54. Transitada em julgado determinada sentença condenatória contra o Estado de São Paulo, se se tratar de condenação de obrigação de</p> <p>(A) fazer, é inquestionável a inadmissibilidade de imposição de multa diária à Fazenda do Estado, no processo de execução, porque o meio cabível para forçar o cumprimento é a responsabilização penal e funcional do servidor que deve efetivar a ordem judicial.</p> <p>(B) pagar quantia certa, a respectiva execução somente se efetiva pelo regime de precatórios, segundo o qual o pagamento do crédito deverá ser realizado respeitando-se a ordem cronológica de apresentação do precatório, uma vez recebido o ofício requisitório expedido pelo Presidente do Tribunal de Justiça.</p> <p>(C) pagar quantia certa, decorrente de verbas alimentares, a execução não se submeterá ao regime de precatórios, pois se trata de hipótese de exceção à ordem cronológica de apresentação do crédito, devendo ocorrer o pagamento no prazo máximo de 90 dias.</p> <p>(D) pagar quantia certa, e, citada para a respectiva execução, apresentar a Fazenda embargos à execução parciais, poderá o exequente requerer a expedição de precatório, quanto ao valor incontroverso.</p> <p>(E) fazer, na execução respectiva será a Fazenda citada para que, no prazo de 30 dias, cumpra a sentença ou apresente embargos.</p>	<p>56. Em determinada ação coletiva <i>lato sensu</i>, para a defesa de interesses</p> <p>(A) individuais homogêneos, a sentença de improcedência apenas e tão somente faz coisa julgada para o legitimado que tenha proposto a ação.</p> <p>(B) difusos e de interesses individuais homogêneos, a sentença de procedência com trânsito em julgado poderá ser liquidada pelos lesados, de forma individual, e, subsidiariamente, pelo legitimado ativo.</p> <p>(C) coletivos em sentido estrito, a sentença de procedência transitada em julgado poderá beneficiar a todos os indivíduos que sejam titulares do direito reconhecido em juízo, inclusive aqueles que tenham proposto ação individual com objeto igual ao da ação coletiva.</p> <p>(D) difusos, a sentença deverá determinar o <i>quantum</i> indenizatório, se contiver pedido de condenação do réu no pagamento dos danos causados.</p> <p>(E) difusos, a sentença poderá ser liquidada individualmente pelos lesados, até o prazo máximo de 1 ano a contar do trânsito em julgado.</p> <p>57. Na ação de desapropriação</p> <p>(A) direta, se o expropriado não concordar expressamente com o preço ofertado, o juiz designará perito, que realizará avaliação independentemente da intimação das partes e deverá apresentar o laudo em até 5 (cinco) dias antes da audiência de instrução e julgamento.</p> <p>(B) direta, não se admite o exame, pelo Poder Judiciário, da ocorrência ou não de ser caso de utilidade pública, e da regularidade do respectivo ato declaratório.</p> <p>(C) indireta, a causa de pedir corresponde a ato ilícito praticado pela Administração, que concretiza apossamento de propriedade particular, sem que tenha existido acordo ou processo judicial.</p> <p>(D) direta, o pedido poderá abranger a incorporação ao patrimônio público do imóvel objeto do ato declaratório de utilidade pública e do terreno vizinho não edificado necessário às obras.</p> <p>(E) indireta, a pretensão corresponde à indenização pelos prejuízos extraordinários provocados às áreas contíguas de bem imóvel objeto de desapropriação direta.</p>

<p>58. Considerando-se as ações constitucionais típicas, poderá o Estado de São Paulo ajuizar</p> <p>(A) ação coletiva, mandado de segurança e mandado de injunção.</p> <p>(B) ação de desapropriação, <i>habeas data</i> e ação direta de inconstitucionalidade.</p> <p>(C) ação direta de inconstitucionalidade, mandado de segurança coletivo e ação popular.</p> <p>(D) arguição de descumprimento de preceito fundamental, ação declaratória de constitucionalidade e mandado de segurança.</p> <p>(E) ação de desapropriação, arguição de descumprimento de preceito fundamental e <i>habeas data</i>.</p>	<p style="text-align: center;">DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO</p> <p>61. Para que uma despesa pública seja efetivada, deve-se obedecer à seguinte ordem:</p> <p>(A) empenho, ordem de pagamento, liquidação e pagamento.</p> <p>(B) previsão orçamentária, empenho, liquidação e pagamento.</p> <p>(C) empenho, ordem de pagamento e liquidação.</p> <p>(D) previsão orçamentária, empenho, liquidação, ordem de pagamento e pagamento.</p> <p>(E) previsão orçamentária, empenho, ordem de pagamento e liquidação.</p>
<p>59. Ajuizada ação cautelar inominada em face do Estado de São Paulo,</p> <p>(A) a sentença que julgá-la procedente se sujeitará ao reexame necessário, e a apelação sempre terá apenas o efeito devolutivo.</p> <p>(B) e concedida medida liminar, poderá ser essa decisão impugnada através de agravo de instrumento, ao qual poderá o Presidente do Tribunal de Justiça conceder o efeito suspensivo, liminarmente.</p> <p>(C) poderá haver recusa ao cumprimento da ordem liminarmente deferida, pois a ele não se aplicam as sanções da litigância de má-fé.</p> <p>(D) e concedida a medida liminar, o prazo para a interposição do recurso cabível contra essa decisão e para oferecimento de contestação será o mesmo.</p> <p>(E) e a sentença for de improcedência, poderá o autor ajuizar a ação principal, porém, se for esta de conhecimento, não será admissível a concessão de eventual pedido de antecipação de tutela.</p>	
<p>60. Em determinada ação de conhecimento, pelo procedimento ordinário,</p> <p>(A) a contestação oferecida por um dos litisconsortes unitários não poderá ser aproveitada pelos demais litisconsortes revéis, exceto se se tratar de litisconsórcio necessário, porém sua confissão será reputada válida e fará prova contra o confitente.</p> <p>(B) se o Estado de São Paulo ocupar o pólo passivo, sua citação deverá ser realizada por oficial de justiça, na pessoa do representante legal, ato imprescindível ao processo, pois nem mesmo seu comparecimento espontâneo o suprirá.</p> <p>(C) se o Estado de São Paulo ocupar o pólo passivo, poderá requerer a citação do co-devedor solidário, até o saneamento do processo, com o objetivo de incluir litisconsorte facultativo simples ulterior.</p> <p>(D) se o réu for beneficiário da justiça gratuita poderá oferecer contestação no prazo em dobro, o qual, porém, não se estende às hipóteses de apresentação de meios de defesa que correspondam à propositura de ação, como a reconvenção e a ação declaratória incidental.</p> <p>(E) se se tratar de ação possessória, poderá o réu oferecer contestação, na qual formule pedido de proteção à sua própria posse, e reconvir, a fim de pleitear eventuais perdas e danos, ainda que nesta ação seja incluído responsável solidário que não esteja no pólo ativo da possessória.</p>	<p>63. NÃO cabe à Lei de Diretrizes Orçamentárias</p> <p>(A) dispor sobre critérios e formas de limitação de empenho.</p> <p>(B) alterar a legislação tributária existente.</p> <p>(C) dispor sobre equilíbrio entre receitas e despesas.</p> <p>(D) orientar a elaboração da lei orçamentária anual.</p> <p>(E) dispor sobre condições e exigências para transferência de recursos a entidades públicas e privadas.</p> <p>64. Afora os impostos previstos no art. 155 da Constituição da República, os Estados-membros</p> <p>(A) podem instituir e cobrar imposto de competência residual da União, caso esta ainda não o tenha instituído por lei.</p> <p>(B) podem instituir e cobrar taxa pela emissão de passaporte.</p> <p>(C) podem instituir e cobrar adicional estadual do imposto sobre a renda.</p> <p>(D) não podem instituir e cobrar nenhum outro imposto.</p> <p>(E) podem instituir e cobrar taxa pela iluminação pública em regiões metropolitanas.</p>

Instruções: Nas questões de números 65 a 67 são dadas quatro afirmações que podem estar corretas ou incorretas. Assinale, na folha de respostas, a alternativa correta de acordo com a chave abaixo

SOMENTE está correto o que se afirma em

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) III e IV.
- (D) I.
- (E) IV.

65. I. As decisões do Tribunal de Contas de que resulte imputação de multa têm eficácia de título executivo.
- II. Entre as funções a serem desempenhadas pelo controle interno de contas está a de exercer o controle das operações de crédito realizadas.
- III. Cabe ao Tribunal de Contas sustar, de imediato, contrato que repute ilegal.
- IV. O controle externo das contas públicas somente pode dar-se quanto à legalidade, legitimidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas.

66. I. Os princípios gerais de direito privado são utilizados para definir os efeitos tributários dos seus institutos.
- II. As causas de exclusão do crédito tributário podem ser interpretadas extensivamente.
- III. A lei tributária aplica-se a ato ou fato pretérito sempre que seja expressamente interpretativa.
- IV. A lei tributária não pode alterar o alcance de institutos de direito privado utilizados, expressa ou implicitamente, pela Constituição da República.

67. I. O espólio é responsável pelos tributos devidos pelo *de cuius* até a data da abertura do inventário ou arrolamento.
- II. A pessoa física ou jurídica de direito privado que adquirir estabelecimento comercial e continuar a respectiva exploração responde pelos tributos devidos por aquele, até a data do ato, sempre de forma subsidiária.
- III. A denúncia espontânea da infração exclui a responsabilidade, porém deve vir acompanhada do pagamento de tributo, se for o caso, e de multa punitiva.
- IV. Os diretores e gerentes de pessoas jurídicas de direito privado são pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de infração de lei.

68. Assinale a alternativa correta.

- (A) Cuidando-se de tributo sujeito a lançamento por declaração, o prazo decadencial para que o fisco efetue o lançamento de ofício conta-se do momento da ocorrência do fato gerador.
- (B) Segundo o CTN, a decisão administrativa definitiva que anule lançamento anteriormente efetuado interrompe o prazo decadencial.
- (C) O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo somente pode ser alterado em virtude de impugnação deste.
- (D) O prazo decadencial, nos tributos sujeitos a lançamento por homologação, conta-se a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o pagamento deveria ter sido efetuado.
- (E) A prescrição tributária se suspende por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor.

69. No que se refere ao ICMS, é correto afirmar que

- (A) terá suas hipóteses de isenção fixadas em lei complementar.
- (B) nas operações com lubrificantes e combustíveis derivados de petróleo caberá sempre ao Estado de origem.
- (C) resolução do Senado estabelecerá as alíquotas aplicáveis às operações e prestações interestaduais e de exportação.
- (D) terá por base de cálculo, para fins de substituição tributária, em relação às operações antecedentes ou concomitantes, o valor da operação praticada pelo substituto.
- (E) em relação às operações que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado, aplicar-se-á a alíquota interna, quando o destinatário for contribuinte do imposto.

70. No Estado de São Paulo, quanto ao ITMCD – Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação tem-se que

- (A) não incide sobre a renúncia pura e simples de legado.
- (B) é isenta a transmissão, por doação, de bem imóvel de pessoas de baixa renda.
- (C) não incide sobre a doação com encargo.
- (D) nas transmissões *causa mortis*, não concordando a Fazenda com o valor declarado ou atribuído a bem ou direito do espólio, ela requererá, de imediato, avaliação judicial.
- (E) o valor da base de cálculo, nas transmissões *causa mortis*, será aquele existente na abertura do inventário ou arrolamento.

DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E SOCIAIS

71. A investidura de advogado no cargo de Procurador Geral de Prefeitura Municipal implica
- (A) a legitimação para o exercício da advocacia vinculada exclusivamente à função exercida.
 - (B) o impedimento do exercício da advocacia contra a Fazenda Pública em todos os níveis.
 - (C) a incompatibilidade para o exercício da profissão, ressalvada a advocacia em causa própria.
 - (D) o impedimento do exercício da advocacia apenas contra a Municipalidade à qual esteja vinculado.
 - (E) a incompatibilidade total para o exercício da advocacia.
72. Consideram-se como Unidades de Conservação de Proteção Integral
- (A) as Reservas Biológicas, unidades localizadas preferencialmente em áreas públicas, que têm por objetivo preservar a natureza e abrigar populações tradicionais que estão adaptadas às condições ecológicas locais.
 - (B) os Parques Nacionais, unidades localizadas em áreas públicas ou privadas, que têm por objetivo preservar os ecossistemas naturais de grande relevância ecológica.
 - (C) as Estações Ecológicas, unidades localizadas em áreas públicas, que têm por objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas.
 - (D) as Áreas de Proteção Ambiental – APA, unidades localizadas em áreas públicas ou privadas, que têm por objetivo proteger a biodiversidade, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.
 - (E) as Reservas de Fauna, unidades localizadas em áreas públicas, que têm por objetivo preservar os animais de espécies nativas.
73. No momento do licenciamento da duplicação das pistas da Rodovia dos Imigrantes, estrada estadual que liga São Paulo a Santos, o órgão licenciador estadual dispensa o empreendedor de apresentação de Estudo Prévio de Impacto Ambiental com base em lei estadual. Esta decisão administrativa é ato
- (A) legal, pois a competência para legislar sobre meio ambiente é concorrente (art. 24, VI, da Constituição Federal), aplicando-se, no caso, a lei estadual que autoriza referida dispensa.
 - (B) ilegal, pois o licenciamento de duplicação de estrada na região de mata atlântica é de responsabilidade do governo federal em razão do grande impacto ambiental que tal empreendimento pode causar.
 - (C) legal, pois o agente público estadual, com base na Lei Federal nº 6938/81, tem discricionariedade para dispensa, em casos concretos como este, de Estudo Prévio de Impacto Ambiental.
 - (D) ilegal, pois este tipo de empreendimento deve ser licenciado por todos os municípios afetados pela obra de duplicação das pistas.
 - (E) ilegal, pois este tipo de empreendimento deve ser licenciado por meio de Estudo Prévio de Impacto Ambiental de âmbito estadual.

74. A empresa "Expresso 7802" fabrica e comercializa agrotóxicos. Durante muitos anos, esta empresa recuperou as embalagens vazias dos produtos e as estocou em "zona de amortecimento" de Unidade de Conservação de Uso Sustentável, tendo solicitado ao órgão ambiental estadual a devida licença de operação, que foi concedida. Houve contaminação do solo e, respectivamente, da água nas proximidades, o que afetou a Unidade de Conservação e a saúde das populações tradicionais que habitavam a região, causando doenças e mortes. Quanto ao tema da responsabilidade civil é correto afirmar que
- (A) a empresa responde com responsabilidade subjetiva em relação aos bens ambientais difusos lesados e com responsabilidade objetiva com relação às pessoas vítimas da contaminação.
 - (B) em relação aos habitantes que sofreram danos, não se caracteriza a responsabilidade com base no Código de Defesa do Consumidor, uma vez não se configurar interesse individual homogêneo a ser protegido, pois não existe relação de consumo no caso.
 - (C) a responsabilidade do Estado se esgota com a concessão da licença ambiental de operação do depósito.
 - (D) a empresa responde com responsabilidade objetiva em relação aos bens ambientais difusos lesados e às pessoas vítimas da contaminação.
 - (E) a empresa responde com responsabilidade objetiva em relação aos bens ambientais difusos lesados e com responsabilidade subjetiva com relação às pessoas vítimas da contaminação.
75. Um fabricante de motocicletas faz, por decisão própria, um informe na TV - *recall*, comunicando aos consumidores que determinada série de seu produto apresenta um defeito no sistema de freios. Informa, ainda, que o consumidor tem um prazo de 30 dias para levar a moto à concessionária que vendeu o produto, findo o qual não se responsabilizará civilmente. Essa comunicação está
- (A) incorreta, pois a ocorrência de responsabilidade solidária entre a montadora e a concessionária determina que os prazos devam ser contados em dobro, ou seja, o prazo seria de 180 dias.
 - (B) incorreta, pois o prazo de garantia no caso de defeito nos produtos duráveis é de 90 dias.
 - (C) incorreta, pois a responsabilidade civil do fabricante das motos persiste mesmo após o vencimento do prazo fixado.
 - (D) correta, pois, uma vez feito o aviso do *recall* e passado o prazo fixado, eventual responsabilidade será exclusiva do consumidor.
 - (E) correta, pois não havendo determinação expressa governamental mandando recolher os produtos, o *recall* é uma liberalidade do fabricante, podendo então fixar suas condições.

<p>76. A empresa "Fogos sem fim" estocava fogos de artifício em casa na periferia de São Paulo. Referida casa pegou fogo e os fogos explodiram ferindo e matando inúmeras pessoas. A Procuradoria de Assistência Judiciária - PAJ, órgão da Procuradoria Geral do Estado, ajuizou Ação Civil Pública, com base no Código de Defesa do Consumidor, objetivando condenar a empresa a indenizar individualmente, com base na responsabilidade objetiva, as pessoas ou famílias lesadas pelo acidente. A propositura de Ação Civil Pública, para tal finalidade, pela PAJ</p> <p>(A) não tem fundamento legal, pois somente as próprias vítimas (ou seus herdeiros) podem pleitear em juízo indenização pelos danos individuais sofridos. Nesta hipótese, não caberia a propositura de ação coletiva para fins de indenização individual.</p> <p>(B) tem fundamento legal, pois se trata de hipótese de direitos individuais homogêneos pleiteados por órgão da administração pública destinado a defender a população, apesar de não ter personalidade jurídica própria.</p> <p>(C) não tem fundamento legal, pois a PAJ não tem personalidade jurídica própria para pleitear em juízo em nome próprio. Nesta hipótese, a Ação Civil Pública somente poderia ter sido proposta pela Procuradoria Geral do Estado.</p> <p>(D) tem fundamento legal, mas na fase de execução de eventual decisão judicial procedente será necessário discutir a culpa individualizada em cada caso concreto, pois os danos têm de ser liquidados individualmente.</p> <p>(E) depende do fato de as vítimas não terem proposto ações individuais, pois se tal ocorreu, não será mais possível a PAJ pleitear em juízo direito coletivo que já está sendo pleiteado individualmente.</p>	<p>78. Nos termos da Lei Federal nº 8.069/90,</p> <p>(A) podem ser impostas aos adolescentes, as "medidas específicas de proteção" quando as infrações forem de menor potencial ofensivo e as "medidas socioeducativas" quando as infrações forem de maior potencial ofensivo.</p> <p>(B) a internação em estabelecimento educacional é uma "medida específica de proteção" que pode ser imposta a crianças e adolescentes.</p> <p>(C) as "medidas específicas de proteção" podem ser impostas a crianças e adolescentes primários; e as "medidas socioeducativas" podem ser impostas a crianças e adolescentes no caso de reincidência.</p> <p>(D) a competência para a imposição de "medidas específicas de proteção" é exclusiva do poder judiciário.</p> <p>(E) as "medidas específicas de proteção" podem ser impostas a crianças e adolescentes; e as "medidas socioeducativas" podem ser impostas aos adolescentes.</p>
<p>77. A intervenção <i>custos legis</i> do Ministério Público na ação civil pública é</p> <p>(A) obrigatória nas ações que envolvam interesses de crianças e adolescentes; opcional nas ações que envolvam proteção de interesses individuais homogêneos nas relações de consumo; e desnecessária quando se tratar de proteção de bens ambientais.</p> <p>(B) opcional nas ações que envolvam interesses de adolescentes; obrigatória nas ações que envolvam proteção de interesses individuais homogêneos nas relações de consumo; e obrigatória quando se tratar de proteção de bens ambientais difusos.</p> <p>(C) obrigatória nas ações que envolvam interesses de crianças; concorrente com associações e outros legitimados, nas ações que envolvam proteção de interesses difusos nas relações de consumo; e obrigatória quando se tratar de proteção de bens ambientais difusos.</p> <p>(D) obrigatória nas ações que envolvam interesses de crianças e adolescentes; obrigatória nas ações que envolvam interesses individuais homogêneos nas relações de consumo; e obrigatória quando se tratar da proteção de bens ambientais difusos.</p> <p>(E) obrigatória nas ações que envolvam interesses de crianças; opcional nas ações que envolvam interesses individuais homogêneos nas relações de consumo; e desnecessária quando se tratar de proteção de bens ambientais.</p>	<p>79. A contratação de trabalhador, através de empresa interposta, para prestação de serviço à Administração,</p> <p>(A) não gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional.</p> <p>(B) é ilegal, implicando a responsabilidade solidária do tomador dos serviços, inclusive quanto aos órgãos da Administração direta, indireta e fundacional, em caso de inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte do empregador.</p> <p>(C) é nula de pleno direito, não produzindo nenhum efeito jurídico.</p> <p>(D) depende de aprovação prévia em concurso público.</p> <p>(E) não forma vínculo de emprego com o tomador dos serviços, exceto no caso de contratação de trabalhador para exercer atividade permanente e essencial do serviço público.</p> <p>80. O recurso de revista contra decisão do Tribunal Regional do Trabalho em julgamento de agravo de petição</p> <p>(A) é admitido quando proferida com violação literal de disposição de lei ou da Constituição Federal.</p> <p>(B) é admitido quando proferida com ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal.</p> <p>(C) é admitido quando proferida com divergência à jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho.</p> <p>(D) é admitido quando negar a vigência de lei ou de norma estabelecida em Convenção Coletiva de Trabalho, em Acordo Coletivo ou em Sentença Normativa.</p> <p>(E) em nenhuma hipótese é admissível.</p>